PALMÁCEAS LÓGICA LTDA

RECEBIDO EM:
Certifico, para os devidos fins,
a autenticidade, desta certidad
conforme consulta ao site oficial.

Rua Dr. Henrique Equelman, 171 A – Cruz das Almas – Maceió/AL - CEP 57.038-270 SERVIDOR

E-mail: <u>palmaceas@hotmail.com</u> Fones (82) 9997-6555 / 9305-1424 / Fax (82) 3325-2822 CNPJ n°09.535.822/0001-41

CACEAL: 24211892 C.M.C.: 90.081725-9



Á AGENCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS DE MACEIÓ - AL.
EDITAL DO PREGÃO ELETRONICONº 78/2018-CPL/ARSER
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 78/2018- CPL/ARSER.

A PALMACEAS LOGICA LTDA, inscrita no CNPJ 09.535.822/0001-41, com sede na Rua. Dr. Henrique Equelman, 171 A, Cruz das Almas em Maceió - Al. por seu representante legal infraassinado, vem, com fulcro no paragrafo segundo, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 e com base no item 5, subitem 5.3 do edital, em tempo hábil, a presença de Vossa Senhoria a fim de

IMPUGNAR

Os termos do Edital em referencia, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

I - DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico nº 78/2018, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, pela Agencia Municipal de Regulação de Serviços Delegados de Maceió – AL, representada neste ato por seu Pregoeiro Oficial Jorge Luiz Sandes Bandeira, com a realização do referido certame previsto para 09/08/2018, com a sessão publica para as 9h, através do COMPRASNET, tendo o respectivo Pregão Eletrônicoo objeto dea contratação de empresa prestadora de serviços de transporte de alunos da rede pública municipal, cujas especificações, quantitativos e condições gerais encontram-se detalhados no termo de referência (ANEXO I).

Ocorre que já no Preambulo do presente Edital fica nítido o primeiro erro que VICIA ABSOLUTAMENTE a presente licitação quando diz que será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM. Sendo que no Termo de Referencia anexo I do Edital em seu item 3, subitem 3.1 DIZ QUE A LICITAÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM DOIS LOTES.





Rua Dr. Henrique Equelman, 171 A – Cruz das Almas – Maceió/AL - CEP 57.038-270 E-mail: palmaceas@hotmail.com Fones (82) 9997-6555 / 9305-1424 / Fax (82) 3325-2822 CNPJ n°09.535.822/0001-41

CACEAL: 24211892 C.M.C.: 90.081725-9

Não parando no erro encontrado já no preâmbulo do Edital, mas no item 1 do Instrumento Convocatório quando trata do Objeto, veja textualmente como está escrito:

1 O OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1 A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa prestadora de serviços de transporte de alunos da rede pública municipal, cujas ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS ENCONTRAM-SE DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I). (GRIFO)
- 1.2 O OBJETO SERÁ SUBDIVIDIDO EM ITENS, <u>FACULTANDO-SE AO LICITANTE</u> interessado <u>a participação em tantos ITENS que lhe forem convenientes.</u>

E agora Senhor Julgador, que regra os licitantes deverão seguir? DISPUTA POR ITEM? POR LOTE?

Ora em homenagem ao Principio do Instrumento Convocatório, se o próprio Edital diverge claramente do Termo de Referencia o CERTAME NITIDAMENTE NÃO PODERÁ ACONTECER, pois, estamos diante de um VICIO INSANAVEL que se mantido contaminara o processo como um todo.

Ainda, discorrendo sobre o erro que contaminou o edital vejamos o que diz o Edital nos itens 8 e 9 e em seus subitens:

8. DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
8.3 Não serão aceitas propostas que indiquem

quantidade inferior àquela indicada no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).**

PAL MÁCEAS LÓGICA LTDA

CACEAL: 24211892 C.M.C.: 90.081725-9

9. DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS

9.11 Serão as propostas ou lances finais classificados, automaticamente, em ordem crescente de valores, segundo o critério objetivo de MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

Não obstante dos erros anteriormente já mencionado, os itens 8 e 9 em subitens estão concatenados com o que já alegamos, quando no Edital prevê a disputa nos seus subitens MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, ao tempo em que remete-se ao TERMO DE REFERENCIA onde o mesmo fica claro que a licitação será dividida em DOIS LOTES.

O erro de como se dará o julgamento da proposta de preço vai se contradizendo entre o Edital e o Termo de Referencia, pois, **no item 16 doJULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL** diz que a será julgado **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.**

O julgamento da proposta será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, observadas as EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE QUALIDADE do objeto proposto pelo licitante. (O VALOR DA PROPOSTA DEVERÁ CORRESPONDER AO VALOR GLOBAL DO CONTRATO DE 5 ANOS).

Outro ponto que **EXCLUIU NITIDAMENTEO DIREITO LIQUIDO E**CERTO das MICROS E PEQUENAS EMPRESAS trata-se da LEI

COMPLEMENTAR Nº 123/2006 que apesar de constar na Legislação aplicada ao presente Certame Licitatório, A REFERIDA LEI NÃO ESTAR SENDO CUMPRIDA.

A presente Licitação não fez a devida previsão legal de COTA RESERVADA DE 25 % (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA AS MICROS E PEQUENAS EMPRESA, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006 em seus artigos, conforme transcrevemos:

Art. 47. NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, autárquica e fundacional, federal, estadual e MUNICIPAL, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e



Rua Dr. Henrique Equelman, 171 A - Cruz das Almas - Maceió/AL - CEP 57.038-270

E-mail: palmaceas@hotmail.com

Fones (82) 9997-6555 / 9305-1424 / Fax (82) 3325-2822

CNPJ n°09.535.822/0001-41 CACEAL: 24211892 C.M.C.: 90.081725-9

social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

III <u>- em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.</u>

Sendo assim é possível a Administração Pública Municipal diante deste flagrante de ilegalidade deve obrigatoriamente anular o presente Edital para corrigir esses erros que são insanáveis que contamina todo o certame licitatório, conforme transcrevemos a Sumula Vinculante 473 do STF.

SÚMULA 473A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Como está nítido pelo quantitativo dos lotes seja por quilometragem (KM) ou por quantidade de veículos (ÔNIBUS E VANS) caberia juridicamente no presente certame licitatório a possibilidade de licitar o objeto com a divisão de cota principal e cota reservada para atender as ME´S e EPP´S.

Por fim, apresentamos outro vicio que definitivamente corrobora com os demais vícios que já apresentamos e que contamina todo Processo Licitatório. PAL MÁCEAS LÓGICA LTDA

Rua Dr. Henrique Equelman, 171 A – Cruz das Almas – Maceió/AL - CEP 57.038-270 E-mail: palmaceas@hotmail.com
Fones (82) 9997-6555 / 9305-1424 / Fax (82) 3325-2822 CNPJ n°09.535.822/0001-41

CACEAL: 24211892 C.M.C.: 90.081725-9

No Edital em seu Item nº 23 que trata da DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA diz que:

23. <u>DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento do Município de MACEIÓ PARA O PRESENTE EXERCÍCIO, classificadas no(s) elemento(s) de despesa e programa(s) de trabalho indicado(s) NO ORÇAMENTO DE CADA ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ.

ESSE VICIO FLAGRANTEMENTE EXPOSTO no presente Edital não só contamina o certame mas vai CONTRA O QUE ESTÁ PREVISTO na LICITAÇÃO, uma vez, que o Certame Prevê um Contrato para 5 (CINCO) ANOS, porem, no que concerne a DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA CONSIGNA SOMENTE ORÇAMENTO PARA O PRESENTE EXERCICIO (2018), ainda mas prevê que o ORÇAMENTO PARA AS DESPESAS DESTA LICITAÇÃO contará de CADA ORGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNIICIPIO DE MACEIÓ.

Sendo assim, o presente objeto licitatório é para TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE MACEIO, O QUE TEM HAVER ORÇAMENTO DE OUTROS ORGÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA? NÃO DEVERIA SER SOMENTE ORÇAMENTO CONSIGNADO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO? POR QUE O CONTRATO TEM PREVISÃO DE 5 (CINCO) ANOS E A DOTAÇÃO ORÇAMENTE É SOMENTE PARA O EXERCICIO EM VIGENCIA?

Uma vez não atendida a nossa impugnação e mantido a licitação sem as devidas adequações no Edital no que concerne ao JULGAMENTO DA PROPOSTA SE SERÁ POR ITEM OU LOTE, SOBRE A DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA e PRINCIPALMENTE SEM CONTER A COTA RESERVADA DE 25% PARA DISPUTA RESERVADAAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS o Município de Maceióestará infringindo os Princípios Constitucionais da Legalidade e Eficiência previstos no artigo 37 da nossa Carta Magna.

PALMÁCEAS LÓGICA LTDA

Rua Dr. Henrique Equelman, 171 A – Cruz das Almas – Maceió/AL - CEP 57.038-270

E-mail: <u>palmaceas@hotmail.com</u> Fones (82) 9997-6555 / 9305-1424 / Fax (82) 3325-2822

CNPJ n°09.535.822/0001-41 CACEAL: 24211892 C.M.C.: 90.081725-9

Art. 37. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos MUNICÍPIOS obedecerá AOS PRINCÍPIOS de LEGALIDADE, impessoalidade, moralidade, publicidade e EFICIÊNCIA...

O Artigo 3º da Lei 8.666 de 1993 também obriga a Administração Publica a obedecer além dos Princípios Constitucionais da Legalidade e Eficiência, ele também preconiza os princípios da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável e o Principio da Probidade Administrativa, conforme transcrevemos o referido artigo:

licitação destina-se a garantir a Art. 3º A princípio constitucional observância do isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade publicidade, da iqualdade, instrumento administrativa, da vinculação ao convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Quando o agente público não observar os Princípios Constitucionais ele está incorrendo em ato passivo de ser enquadro na Lei de Improbidade Administrativa, *vejamos:*

de improbidade 11. Constitui ato Art. administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão honestidade, deveres de aue viole OS às imparcialidade, lealdade legalidade, e instituições, e notadamente.

Do mesmo modo, o agente público que frustrar os processos licitatórios, conforme preconiza a Lei 8.429/92 em seu artigo. 10º:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

Market

PALMÁCEAS LÓGICA LTDA

Rua Dr. Henrique Equelman, 171 A - Cruz das Almas - Maceió/AL - CEP 57.038-270 E-mail: palmaceas@hotmail.com Fones (82) 9997-6555 / 9305-1424 / Fax (82) 3325-2822 CNPJ n°09.535.822/0001-41 CACEAL: 24211892

C.M.C.: 90.081725-9

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com lucrativos, ou dispensá-los sem fins entidades indevidamente.

Por fim se mantido a licitação nos moldes como está previsto os lotes no termo de referencia, as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte que é o nosso caso, será penalizada, poisNÃO VAMOS GOZAR DESSE DIREITO LIQUIDO, CERTO E TÃO BEM ASSEGURADO REFERENTE À COTA que está garantido na RESERVADA DE 25% PARAS AS ME'S E EPP'S Lei Complementar 123/2006.

III - DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- a) Declara Suspenso o Certame licitatório;
- b) Que seja refeito o Edital visando à correção sobre de que forma será julgada a proposta MENOR PREÇO POR ITEM OU POR LOTE UMA VEZ QUE A FORMA COMO ESTÁ DIVERGE ENTRE EDITAL E TERMO DE REFERENCIA, QUE SEJA FEITA ÁDEVIDA CORREÇÃO SOBRE A DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;
- c) Que seja refeito o Edital com regras que possibilite a legalidade e garanta a cota reservada para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte conforme determina obrigatoriamente Complementar 123/2006 em seus artigos 47 e 48;

Maceió - AL, 27 de Julho de 2018.

Nestes termos, Pede Deferimento.

ROBERTO PAIN REIRA DA SILVA